

DISPENSA ELETRÔNICA 12/2026 (Nº 100001 - 33/2026 NO COMPRASGOV)**P.A. Nº 0010316/2026****UASG: 100001****AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - RESUMO**

Dispensa Eletrônica nº 12/2026		DATA DE INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 09/07/2026			
		PRAZO DA ETAPA DE LANCES: das 08 às 14 horas			
		Link: https://www.gov.br/compras/pt-br/			
		O Aviso de Contratação Direta e demais documentos do processo administrativo encontram-se disponibilizados: https://cache.tjdft.jus.br/cgi-bin/tjcgil?NXTPGM=LCHTRL02			
		Unidade Requisitante: Núcleo de Contratações e Convênios de Segurança e Inteligência - NUCESI			
PA: 0010316/2026	SRP? Não	Decreto 7.174/2010? Não	Exclusiva ME/EPP: Sim	Reserva de cota para ME/EPP? Não	Critério de Sustentabilidade? Sim
Objeto: aquisição de 01 (uma) câmera termográfica portátil, nova, destinada à realização de Contramedidas de Varredura Técnica (CMVT) em ambientes institucionais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.					
Valor total estimado: R\$ 5.912,91,(cinco mil, novecentos e doze reais e noventa e um centavos) conforme mapa de preços (5235334)		Amostra? Não se aplica			
Prazo para envio da proposta/documentação: Após o término da fase de lances, estando o preço compatível, será requisitado o envio da proposta ajustada ao lance final, e, se necessário, de documentos complementares, sendo que o interessado deverá enviá-los no prazo de 1h (uma hora), após a solicitação do TJDFT .					
Documentação de habilitação (Veja Item 8)					

Requisitos básicos

1. Sicaf ou documentos equivalentes
2. Certidão CNJ
3. Consulta CEIS
4. Certidão CNDT
5. Certidão TCU
6. Certidão PCD e RPS

IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS: até 07/07/2026 poderão ser enviados, exclusivamente, pelo endereço eletrônico licitacoes@tjdft.jus.br

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - **TJDFT** torna público que realizará Dispensa Eletrônica de Licitação, com critério de julgamento pelo **menor preço**, na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da [Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021](#); da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021, de 8 de julho de 2021](#); da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022](#); da [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#) e demais legislações aplicáveis.

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de 01 (uma) câmera termográfica portátil, nova, destinada à realização de Contramedidas de Varredura Técnica (**CMVT**) em ambientes institucionais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – **TJDFT**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no [portal de compras do Governo Federal](#).

2.1.1. Os interessados deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O interessado é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.1.3. A participação nesta dispensa eletrônica é **EXCLUSIVA** a microempresas, empresas de pequeno porte e a pessoas físicas, conforme inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

2.1.4. A participação de pessoa física está condicionada ao seu cadastramento no Sistema de Registro Cadastral Unificado (Sicaf).

2.1.4.1. Considera-se pessoa física todo o trabalhador autônomo, sem qualquer vínculo de subordinação para fins de execução do objeto da contratação pública, incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual, nos termos das legislações específicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de processo de contratação pública, sendo equiparado a fornecedor ou ao prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os interessados:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição; e

2.2.5. sociedades cooperativas.

3. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do interessado na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do interessado, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Edital assumindo o proponente o compromisso de cumprir suas obrigações nos seus termos, bem como de disponibilizar ou utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.5.1. Quando o interessado for pessoa física, a proposta de preços apresentada deverá contemplar o percentual de 20% (vinte por cento), a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação de suas condições pela Administração.

3.5.1.1. O valor de que trata o subitem anterior deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pelo **TJDFT**, ao Instituto Nacional do Seguro Social - **INSS**.

3.6. No cadastramento da proposta inicial, o interessado deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.6.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.6.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, no que couber.

3.6.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.6.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.6.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o Art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.6.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4. DA ESTIPULAÇÃO DO VALOR FINAL MÍNIMO PELO PROPONENTE

4.1. Quando do cadastramento da proposta, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, o proponente poderá parametrizar o seu valor final mínimo e obedecerá às seguintes regras:

4.1.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores/percentuais

entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.1.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que subitem anterior.

4.1.3. O valor final mínimo determinado pelo proponente poderá ser alterado por ele durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior ao lance dele já registrado no sistema.

4.1.4. O valor mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais proponentes e para o órgão ou entidade contratante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5. DA FASE DE LANCES

5.1. A partir das 8 horas da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os proponentes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

5.3. O proponente somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O proponente poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 10,00 (dez reais)**.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o proponente não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os proponentes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do proponente.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. No caso de o preço da proposta vencedora ficar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao proponente que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais proponentes classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

6.3. Após o término da fase de lances, estando o preço compatível, será requisitado o envio da proposta ajustada ao lance final, e, se necessário, de documentos complementares, sendo que a empresa participante deverá enviá-los no prazo de 1h (uma hora), após a solicitação do TJDFT, podendo ser prorrogado, a critério do TJDFT, caso seja necessário realizar algum ajuste na proposta ou nos documentos complementares, contado da solicitação no sistema eletrônico.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

6.4.1. Incumbe à unidade técnica requisitante - **NUCESI** acompanhar o transcurso do prazo de validade das propostas.

6.4.2. Após o exame de o objeto corresponder à melhor solução para atender à necessidade pública; de os valores da proposta, reajustados, manterem-se vantajosos à luz daqueles atualmente praticados no mercado; bem como de a proposta ainda conduzir-se à melhor relação benefício-custo para a Administração, o **NUCESI** poderá solicitar às licitantes a prorrogação

do prazo de validade das suas propostas, sempre que a tramitação do certame ou da pertinente convocação para execução do seu objeto se mostrem demoradas a ponto de ensejar o vencimento da validade das propostas.

6.4.3. A prorrogação do prazo de validade das propostas não autoriza a modificação do conteúdo delas, repercutindo, tão somente, no aumento do prazo no qual a proposta tem força obrigatória.

6.5. Eventuais pedidos de prorrogação de prazo de entrega ou de execução do contrato deverão ser apresentados nos próprios autos e antes do término do prazo inicialmente pactuado, contendo as justificativas e os documentos que comprovam a impossibilidade de cumprimento da obrigação no prazo fixado em Edital e no Contrato.

6.5.1. A certificação quanto à tempestividade e a análise prévia do pedido de prorrogação previsto no item anterior será realizado pelo gestor do contrato, devendo ser consideradas as circunstâncias alegadas e as provas apresentadas, a viabilidade técnica e os possíveis prejuízos à Administração, sendo deliberada a prorrogação, em definitivo, pela Autoridade Competente.

6.5.2. Caberá à Consultoria Jurídico-Administrativa da Presidência - CJA, manifestar-se, exclusivamente, em relação às teses de cunho jurídico e/ou quando demandada pela Autoridade Superior.

6.6. Homologado o resultado do julgamento da licitação pela autoridade competente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, as obrigações e despesas daí decorrentes constarão da Nota de Empenho a ser entregue à empresa vencedora.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do material ou da área especializada no objeto.

6.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.10. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. DA ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

7.1. Encerrada a etapa de lances e a fase de negociação de preços, o **TJDFT** examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do proponente conforme disposições do Aviso de Contratação Direta.

7.2. Serão recusados os preços finais com valores superiores ao limite estabelecido neste Aviso de Contratação Direta ou manifestamente inexequíveis.

7.3. Caberá ao proponente comprovar a exequibilidade dos preços cotados, no prazo estipulado pelo **TJDFT**.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Orientações Gerais

8.1.1. A habilitação dos proponentes será realizada por meio da consulta "on-line" ao **SICAF**, nos documentos por ele abrangidos.

8.1.2. A consulta pelo Agente de Contratação nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.1.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do **SICAF**, o Agente de Contratação solicitará ao proponente o envio desses por meio do sistema, no prazo de 1h (uma hora), contado a partir desse requerimento.

8.1.3.1. A critério do Agente de Contratação, por conveniência e oportunidade devidamente justificada no sistema, o prazo de envio estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado, contado da solicitação no sistema eletrônico.

8.1.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do proponente detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- b) o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- c) Consulta consolidada de pessoa jurídica, entre outros serviços mantidos pelo Tribunal de Contas da União - **TCU**; e
- d) a composição societária das empresas no sistema **SICAF**, a fim de se certificar se entre os sócios há servidores do próprio órgão contratante.
- e) Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social.

8.1.4.1. Para a consulta de proponentes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do **TCU**.

8.1.4.2. No caso das alíneas “a” e “b” do subitem anterior, a consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante **e também de seu sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429 de 1992, que prevê, entre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.4.3. Caso conste na Consulta de Situação do proponente a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

I - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

II - O proponente será convocado para manifestação previamente à sua inabilitação.

8.1.4.4. Constatada a existência de sanção, o proponente será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.5. A proponente, para fins de habilitação, deverá optar por uma das seguintes alternativas:

8.1.5.1. Se participar com a matriz, apresentará documentos habilitatórios referentes à sua situação;

8.1.5.2. Se participar com uma de suas filiais, apresentará documentos habilitatórios referentes à situação dessa, **sem desconsiderar os documentos a exigirem centralização – emitidos somente em nome da matriz** como, por exemplo, a Certidão Negativa de Débitos, relativa ao INSS, a débitos trabalhistas e o Certificado de Regularidade do **FGTS**, desde que comprove o recolhimento ser centralizado.

8.1.6. O proponente vencedor deverá manter a regularidade com a Seguridade Social – **CND**, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF e com a Justiça do Trabalho – **CNDT** e com a Fazenda Federal, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no aviso de contratação direta, sob pena de rescisão contratual.

8.1.7. Caberá ao **TJDFT** examinar a composição societária das empresas no sistema **SICAF**, a fim de se certificar se entre os sócios há servidores do próprio órgão contratante.

8.1.8. O proponente enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.1.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

8.1.10. Será inabilitado o proponente que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

8.1.11. Na hipótese de o proponente não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

8.1.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o proponente será habilitado.

8.1.13. As certidões apresentadas que não tiverem prazo de validade expresse, serão consideradas válidas pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos a partir da data de sua emissão.

8.2. Documentação relativa à **Regularidade fiscal, social e trabalhista**

8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**), conforme o caso;

8.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (**PGFN**), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.3. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante os seguintes documentos:

8.2.3.1. Certidão Negativa de Débito (**CND**) do **INSS**;

8.2.3.2. Certificado de Regularidade do **FGTS** (**CRF**).

8.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, no que couber, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, no que couber, do domicílio ou sede do proponente, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.7. Caso o proponente seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.8. Prova de regularidade com o Ministério da Economia mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

8.2.9. As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, como condição para participação no certame, devem apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que contenha alguma restrição, conforme disposto no artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.2.9.1. Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que foi declarada vencedora do certame, prorrogáveis por mais 5 (cinco) dias úteis, a pedido da licitante e a critério da Administração, para a regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.2.10. Caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, declarada vencedora do certame, não providencie a regularização no prazo previsto no subitem anterior, ocorrerá a decadência do direito à contratação, estando

sujeita às sanções previstas no parágrafo 5º do artigo 90 da Lei nº 14.133/21, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, conforme disposto no parágrafo 2º do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.2.11. A Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte, declarada vencedora do certame, deverá enviar, após o decurso do prazo citado no subitem anterior, declaração de que regularizou a situação fiscal e trabalhista. Porém, somente terá a obrigação de apresentar a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista (subitem 8.2) para efeito de assinatura do contrato, observando o subitem 8.2.10 do Aviso de Contratação Direta, conforme disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado contrato ou emitido instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

9.2.1. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - **PNCP** é condição indispensável para a eficácia do documento e de seus aditamentos e ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de sua assinatura.

9.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

9.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

9.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.4. **A eficácia do Termo se dará a partir do primeiro dia útil após sua**

divulgação no PNCP.

9.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DA ACEITAÇÃO E DO PAGAMENTO

11.1. Ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da conclusão, este não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

11.2. O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento definitivo.

11.3. Quando do pagamento da nota fiscal/fatura, o TJDFDT deverá verificar a regularidade da **CONTRATADA** com a Seguridade Social – **CND**, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **CRF** e com a Fazenda Federal; consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (**CNEP**); emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas, bem como verificar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas, em especial a obrigação de manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação/qualificação exigidas para a contratação.

11.3.1. Caso seja constatada alguma irregularidade após a verificação especificada no subitem anterior, a **CONTRATADA** ficará sujeita à rescisão do contrato, além das penalidades já previstas em lei (arts. 92, inciso XVI; 137, inciso I; e 156, da Lei nº 14.133/21).

11.3.2. Na eventualidade de a **CONTRATADA** decidir efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante da nota de empenho, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

11.4. Para fins de não retenção dos tributos federais, conforme disposto nos

artigos 4º e 6º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012, as instituições e pessoas jurídicas elencadas nos incisos III, IV e XI do artigo 4º, deverão apresentar ao órgão, **no ato da assinatura do contrato**, declaração, na forma dos anexos II, III, IV à instrução, conforme o caso, assinada pelo seu representante legal.

11.5. O **TJDFT** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste instrumento.

11.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Em que:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365 \qquad I = (6/100)/365 \qquad I = 0,00016438$$

11.7. O **TJDFT**, no uso de suas atribuições, fará as seguintes retenções, conforme o caso, sobre o(s) pagamento(s) realizado(s):

I - Relativas aos Tributos e às Contribuições Federais, com base na Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, publicada no **DOU** de 12/01/2012 (Anexo I) e alterações, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

II - Relacionadas à Contribuição Previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), calculadas as retenções sobre a remuneração decorrente da prestação de serviços, mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, de acordo com o disposto na Instrução Normativa nº 971, de 13

de novembro de 2009, publicada no **DOU** de 17/11/2009 e alterações conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

III - Referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – **ISSQN** - incidente sobre os pagamentos relativos à prestação de serviços, na forma da Lei complementar nº 116, de 31/07/2003 e alterações, c/c o Decreto GDF nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005, decorrente do convênio firmado entre a União e o Distrito Federal, publicado no Diário Oficial da União de 21 de novembro de 2000.

12. DO AUMENTO E DA SUPRESSÃO

12.1. No interesse do **TJDFT**, o objeto deste ato convocatório poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. DO REAJUSTE

13.1. O reajuste de preços obedecerá ao disposto nas Leis nº 8.383/91, 9.069/95 e 10.192/01, utilizando-se como índice o **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

13.1.1. A periodicidade para o cálculo do reajuste é anual e terá como data-base o orçamento estimado, cuja data é 19/06/2026 (conforme Despacho **NUPEP 5235444**).

13.1.2. O reajuste será concedido de ofício pelo **TJDFT**, admitindo-se renúncia expressa por parte da **CONTRATADA**.

13.1.2.1. O **TJDFT** providenciará a prévia oitiva da **CONTRATADA** quanto ao interesse, ou não, no reajustamento.

13.2. Poderão ser aplicados índices negativos no período em que houver deflação.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Os fornecedores e as contratadas que incidirem nas condutas definidas no [art. 155 da Lei nº 14.133/2021](#), no Aviso de Contratação Direta ou no contrato, descumprindo, total ou parcialmente, obrigações previamente estabelecidas, ficarão sujeitos às seguintes penalidades:

- I - Advertência;
- II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos; e

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.1.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.2. Considera-se conduta irregular:

14.2.1. Retardar a execução do certame: ação ou omissão do fornecedor que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução em erro no julgamento, ou, ainda, que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

14.2.2. Não manter a proposta: ausência de seu envio, bem como recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou, ainda, pedido pelo fornecedor da desclassificação de sua proposta quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada em demonstração de vício ou falha na sua elaboração que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento e, também, ausência da entrega da amostra ou entrega fora do prazo ou em desconformidade com as especificações do Aviso de Contratação Direta e da proposta, salvo se decorrentes de caso fortuito ou de força maior;

14.2.3. Falhar na execução contratual: inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumidas pela contratada;

14.2.4. Fraudar a execução contratual: prática de qualquer ato destinado a obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública;

14.2.5. Comportar-se de maneira inidônea: prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, como frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a lei, induzir deliberadamente em erro no julgamento, prestar informações falsas ou apresentar documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura destinadas a prejudicar a veracidade de suas informações.

14.3. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração

administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.4. Ficará impedida de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, o fornecedor ou a contratada que enquadrar-se nas condutas a seguir enumeradas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade e os parâmetros estabelecidos no subitem 14.1.1:

14.4.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.4.2. Dar causa à inexecução total do contrato;

14.4.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.4.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.4.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.4.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

14.5. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas a seguir descritas, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 14.4.1 a 14.4.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nela referida, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade e os parâmetros estabelecidos no subitem 14.1.1:

14.5.1. Apresentar declaração ou documentação falsa para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.5.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.5.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.5.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.5.5. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).

14.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a

CONTRATADA à multa de mora de 0,5 % (cinco décimos percentuais) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela em atraso, até o limite de 60 (sessenta) dias corridos.

14.6.1. Após 45 (quarenta e cinco) dias corridos de atraso, a unidade gestora do contrato deverá notificar a CONTRATADA e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse da Administração em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 20 da [Portaria GPR 75/2022](#).

14.6.2. A aplicação de multa moratória será precedida do devido processo legal, observados os princípios do contraditório da ampla defesa, da razoabilidade e da proporcionalidade.

14.6.3. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em multa compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Portaria GPR 75/2022](#) e na Lei nº 14.133, de 2021.

14.6.4. O valor final apurado para a sanção de multa moratória, calculado na forma do contrato, observará o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor da parcela em atraso.

14.7. Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço.

14.8. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 1% (um por cento) do valor contratado ou estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

III - de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado ou contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- i) dar causa à inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- j) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

14.8.1. Nos contratos ainda não celebrados, o percentual de que trata o subitem 14.8 e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

14.8.2. O TJDF/T exigirá o pagamento do valor fixado a título de multa compensatória independentemente da demonstração de prejuízos, nos termos do art. 416 do Código Civil.

14.8.3. A aplicação da multa compensatória não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

14.9. Fica dispensada a formalização em processo, registro contábil e cobrança administrativa dos débitos, quando a soma dos valores atribuídos à contratada, sem juros ou atualizações, for considerada irrisória, o que será verificado após a realização dos cálculos pertinentes pela **COAGEC**.

14.9.1. Será considerado irrisório valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais).

14.10. Na aplicação da sanção de multa e em caso de rescisão contratual unilateral, será facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

14.12. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta

ou no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.13. Os prazos referentes às penalidades aplicadas às contratadas, para todos os efeitos, são contados a partir da data do registro realizado pela **COAGEC** no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP ou sistema equivalente.

14.14. O **TJDFT** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS** e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - **CNEP**, instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

14.15. Os casos excepcionais serão decididos pela Presidência do TJDFT.

14.16. O presente instrumento convocatório reger-se-á pelas disposições da [Portaria GPR 75/2022](#).

15. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

15.1. As partes comprometem-se a tratar os dados pessoais decorrentes deste instrumento de acordo com o estabelecido na Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - **LGPD**).

16. DA ÉTICA

16.1. As partes comprometem-se a observar os termos da [Resolução 6 de 19 de abril de 2022](#) que institui o Código de Ética e Conduta do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT, e da [Portaria GPR 243 de 11 de fevereiro de 2021](#) que estabelece a conduta ética, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para magistrados, servidores e gestores de contrato no relacionamento com colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - **PNCP**, e encaminhado automaticamente aos interessados registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

17.2. No caso de todos os interessados restarem desclassificados ou inabilitados, a Administração poderá:

17.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

17.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

17.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

17.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

17.3. As providências dos subitens 17.2.1 e 17.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer interessados.

17.4. O Agente de Contratação fará consulta dos fornecedores no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - **CADIN**, conforme Art. 6º da [Lei nº 10.522/2002](#).

17.4.1. A existência de registro no **CADIN** constitui fator impeditivo para a contratação, nos termos do disposto no art. 6º-A da [Lei 10.522/2002](#).

17.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos interessados, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

17.6. Caberá ao interessado acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

17.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

17.8. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

17.9. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.10. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.11. Os interessados assumem todos os custos de preparação e apresentação

de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por indenizá-los por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

17.12. Não ocorrendo a quitação dos valores devidos ao **TJDFT** correspondentes à repetição de indébito e/ou às multas aplicadas, serão objeto de inscrição em Dívida Ativa da União, no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal — **CADIN**, bem como de cobrança judicial, observados os requisitos legais.

17.13. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

17.14. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

17.15. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.15.1. Anexo I - Termo de Referência;

17.15.2. Anexo II - Modelo da Proposta de Preços;

17.15.3. Anexo III - Minuta do Anexo à Nota de Empenho.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de 01 (uma) câmera termográfica portátil, nova, destinada à realização de Contramedidas de Varredura Técnica (**CMVT**) em ambientes institucionais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios — **TJDFT**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Necessidade a ser suprida: O NUIINT enfrenta limitações operacionais na realização de varreduras técnicas em áreas sensíveis do TJDFT, especialmente em gabinetes de Magistrados e Desembargadores, bem como em locais de difícil acesso (dutos, tubulações e espaços confinados).

2.2. Os métodos atualmente utilizados não permitem a detecção de variações térmicas, o que compromete a identificação de dispositivos eletrônicos ocultos ativos, representando risco à segurança institucional e à confidencialidade das informações.

2.3. A câmera termográfica portátil constitui a única solução tecnicamente apta a atender integralmente à necessidade identificada, uma vez que possibilita a detecção de dispositivos eletrônicos ativos por meio da captação de radiação térmica emitida durante seu funcionamento, independentemente das condições de luminosidade do ambiente.

2.4. As alternativas avaliadas, tais como câmeras ópticas convencionais e câmeras de visão noturna por infravermelho ativo (IR), foram descartadas por não realizarem medição de radiação térmica, limitando-se à captura de imagens visuais, ainda que em baixa luminosidade, o que as torna tecnicamente inaplicáveis para atividades de Contramedidas de Varredura Técnica (CMVT), cujo objetivo é identificar fontes de calor associadas a dispositivos eletrônicos ocultos.

2.5. A solução escolhida apresenta vantagens técnicas e operacionais relevantes, destacando-se a maior efetividade na identificação de dispositivos espionagem, a ausência de custos operacionais recorrentes, a portabilidade necessária para atuação em campo, inclusive em espaços confinados e de difícil acesso, e a relação custo-benefício adequada ao nível de complexidade da atividade, garantindo maior eficiência, autonomia e confiabilidade às ações de segurança institucional no âmbito do TJDFT.

3. DA DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA DO PRODUTO - VALOR ESTIMADO E QUANTITATIVO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITO PELO TJDFT	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITO PELO TJDFT

1	Câmera termográfica portátil compacta, adequada para uso em ambientes internos, voltada à detecção de radiação infravermelha térmica, apta à identificação de variações de temperatura associadas ao funcionamento de dispositivos eletrônicos ocultos, conforme especificações técnicas constantes no Item 5 do Anexo I do Edital. Referência: Câmera FLIR C3-X	313179	1	unidade	R\$ 5.912,91	R\$ 5.912,91
---	--	--------	---	---------	--------------	--------------

OBSERVAÇÕES:

a) **AVISO DE DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS** : Para efeito de lances e elaboração das propostas encaminhadas ao **TJDFT**, as empresas participantes deverão considerar as descrições dos materiais e respectivas unidades de fornecimento constantes deste Aviso de Contratação Direta. As especificações e unidades de fornecimento oriundas do **CATMAT** (Sistema de Compras do Governo Federal) deverão ser desconsideradas, pois divergem do Aviso de Contratação Direta ou estão incompletas.

b) O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 10,00 (dez reais)**, conforme subitem 5.3.2 do Aviso de Contratação Direta.

4. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O material deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação formal do **CONTRATANTE**, no Fórum Desembargador Milton Sebastião Barbosa - Praça Municipal - Lote 1, Bloco A, 7º Andar, Ala C, Sala 7.133-1, Brasília - DF - CEP:70094-900 - **NUINT** (Núcleo de Inteligência), de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 12 horas às 19 horas.

4.2. O recebimento dos materiais será acompanhado e fiscalizado pelo Núcleo de Inteligência - **NUINT**, na condição de representante do **TJDFT**, e será executado em 02 (duas) etapas:

4.2.1. O recebimento provisório, a cargo do fiscal que acompanha a execução do contrato, dar-se-á quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da

entrega do objeto.

4.2.2. O recebimento definitivo, a cargo de outro servidor ou comissão designada pela autoridade competente, dar-se-á mediante relatório de atestação de despesa com o detalhamento do atendimento das exigências contratuais, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento provisório.

4.3. **Recusa do objeto** acontecerá nos seguintes casos:

4.3.1. Forem entregues com as especificações técnicas em desacordo com as contidas na proposta;

4.3.2. Apresentarem mais de 1 (um) problema até o recebimento definitivo.

4.4. A reposição do objeto recusado por si só não desonera a participante vencedora das penalidades previstas pelo descumprimento das obrigações estabelecidas no instrumento contratual.

4.5. A participante vencedora terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para providenciar a reposição do objeto recusado, às suas custas, a partir da comunicação formal do TJDFT. Ultrapassando esse prazo sem que o problema seja sanado, e sem que haja justificativa aceitável, ficará caracterizado o descumprimento da obrigação, estando a empresa sujeita às sanções cabíveis.

4.6. Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas com o servidor Ronaldo Ribeiro dos Santos ou Norton Maxwell de Carvalho, pelos telefones (0xx61) 3103 - 7438, (0xx61) 3103 - 6852 e (0xx61) 3103 - 7503 ou pelos *e-mails*: ronaldo.santos@tjdft.jus.br ou norton.carvalho@tjdft.jus.br no horário de 12 as 19 horas.

5. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

5.1. Geral:

5.1.1. Material da estrutura: PC e ABS, parcialmente revestido com TPE; alumínio;

5.1.2. Operação com Alimentação Externa: 5 V, USB-C.

5.2. Visão geral:

5.2.1. Screen Rotation: Yes;

5.2.2. Tecnologia do Display: IPS;

5.2.3. Tela sensível ao toque: Tela sensível ao toque capacitativa;

5.2.4. Texto: Teclado virtual na tela sensível ao toque.

5.3. Visão geral do sistema:

5.3.1. Paletas de cores: Ferro, Cinza, Arco-íris, Arco-íris HC;

5.3.2. Zoom Digital: Não.

- 5.4. Ambiental:
 - 5.4.1. Campos magnéticos: EN 61000-4-8 nível 5;
 - 5.4.2. Environmental Safety: REACH Regulation EC 1907/2006; RoHS2 Directive 2011/65/EC; WEEE Directive 2012/19/EC; Proposition 65;
 - 5.4.3. Espectro de Rádio: ETSI EN 300 328; EN 301 489; FCC Título 47 CFR Parte 15; RSS-247 Edição 2;
 - 5.4.4. Montagem em Tripé: UNC ¼"-20 (integrada);
 - 5.4.5. Teste de queda: 2 m (6,56 ft);
 - 5.4.6. Umidade Relativa: 95% de umidade relativa, 25 a 40 °C (77 a 104 °F), sem condensação.
- 5.5. Câmera de luz visível:
 - 5.5.1. Campo de visão (FOV): 53,6°;
 - 5.5.2. Distância Focal Mínima: Térmico: 0,1 m (0,32 ft), MSX: 0,3 m (0,98 ft);
 - 5.5.3. Faixa Espectral: 8 a 14 µm;
 - 5.5.4. Frequência da Imagem: 8,7 Hz;
 - 5.5.5. Pitch do Detector: 12 µm;
 - 5.5.6. Resolução de IV: 128 x 96 pixels;
 - 5.5.7. Taxa de proporção: 4:3.
- 5.6. Câmera termográfica:
 - 5.6.1. Resolução espacial (IFOV): 7,9 mrad/pixel.
- 5.7. Conexões e comunicações:
 - 5.7.1. Bluetooth: Visão panorâmica;
 - 5.7.2. Image Upload: Directly upload images to FLIR Ignite cloud library and services;
 - 5.7.3. USB 2.0, conector tipo C;
 - 5.7.4. Wi-Fi: 802.11 a/ac/b/g/n (2,4 e 5 GHz).
- 5.8. Conformidades e certificações:
 - 5.8.1. Garantia: <http://www.flir.com/warranty/>;
 - 5.8.2. Segurança: EN 62368-1.
- 5.9. Dados ambientais:
 - 5.9.1. Umidade (em operação e em armazenamento): IEC 60068-2-30/24 h 95% de umidade relativa, 25 a 40 °C (77 a 104 °F) / 2 ciclos.
- 5.10. Dados ambientais e aprovações:

- 5.10.1. Choque: 25 g (IEC 60068-2-27);
- 5.10.2. EMC: EN 301 487-1; EN 301 489-17; FCC 47 CFR Parte 15 Classe B;
- 5.10.3. Encapsulamento: Lente e invólucro da câmera: Classificação IP54 (IEC 60529);
- 5.10.4. Faixa de Temperatura de Armazenamento: -40 a 70 °C (-40 a 158 °F);
- 5.10.5. Faixa de Temperatura Operacional: -10 a 50 °C (14 a 122 °F);
- 5.10.6. Vibração: 2 g (IEC 60068-2-6).
- 5.11. Desempenho:
 - 5.11.1. Precisão: 0 a 100 °C (32 a 212 °F): ±3 °C (±5,5 °F); 100 a 300 °C (212 a 572 °F): ±3% [temp. ambiente 15 a 35 °C (59 a 95 °F) e temp. de objetos acima de 0 °C (32 °F)].
- 5.12. Geração de imagem e óptica:
 - 5.12.1. Ajuste da Imagem: Nível e amplitude automáticos, nível e amplitude manuais;
 - 5.12.2. Atualização do software da câmera: Automática por Wi-Fi, USB via computador;
 - 5.12.3. Câmera Digital: Resolução de 5 MP;
 - 5.12.4. Cor: Preto;
 - 5.12.5. Foco da Câmera Digital: Fixo;
 - 5.12.6. FOV da Câmera Digital: 71,5° × 56° (84° diagonal);
 - 5.12.7. Galeria: Estrutura de pastas personalizadas e com imagens em miniatura;
 - 5.12.8. Modos de Imagem: Imagem de infravermelho, imagem visual, MSX (detalhes visuais realçados na imagem térmica), Picture-in-picture (área de infravermelho na imagem visual);
 - 5.12.9. Número f: 1,1;
 - 5.12.10. Orientação Automática: Sim;
 - 5.12.11. Resolução do Display: 640 x 480 pixels.
- 5.13. Imagens térmicas:
 - 5.13.1. Foco: Sem foco;
 - 5.13.2. Tipo de Detector: Matriz de plano focal, microbolômetro não refrigerado.
- 5.14. Informações de envio:

- 5.14.1. Packaging (Contents): C3-X, wrist strap lanyard, USB cable, pouch, printed documentation;
- 5.14.2. Peso da embalagem: 0,52 kg (1,14 lb);
- 5.14.3. Tamanho da Embalagem: 160 x 118 x 93 mm (6,3 x 4,6 x 3,7 in).
- 5.15. Medição e análise:
 - 5.15.1. Correção de Medições: Emissividade; fosco/semifosco/semibrilhante + valor personalizado, temperatura aparente refletida, compensação atmosférica;
 - 5.15.2. Idiomas: Árabe, tcheco, dinamarquês, holandês, inglês, finlandês, francês, alemão, grego, húngaro, italiano, japonês, coreano, norueguês, polonês, português, russo, chinês simplificado, espanhol, sueco, chinês tradicional, turco;
 - 5.15.3. Measurement Functions: Spot, Box with max./min.;
 - 5.15.4. Comandos de Configuração: Adaptação local de unidades, idioma, formatos de data e hora, brilho da tela (alto, médio, baixo);
 - 5.15.5. Faixa de Temperatura de Objetos: -20 a 300 °C (-4 a 572 °F).
- 5.16. Mídia de armazenamento:
 - 5.16.1. Armazenamento de Imagem: >5.000 imagens;
 - 5.16.2. Formato de Arquivo de Imagem: JPEG padrão, com dados de medição de 14 bits inclusos;
 - 5.16.3. Mídia de Armazenamento: Memória interna e conectividade de nuvem FLIR Ignite integrada (com Wi-Fi).
- 5.17. Potência:
 - 5.17.1. Capacidade da bateria: 1.800 mAh;
 - 5.17.2. Carregamento da Bateria: BC Título 20; 10 CFR Seção 430.23 (aa);
 - 5.17.3. Duração de carregamento da bateria: >500 ciclos;
 - 5.17.4. Gerenciamento de Energia: Stand-by ajustável e desligamento automático;
 - 5.17.5. Peso da bateria: 40 g (1,4 oz);
 - 5.17.6. Sistema de carregamento: USB-C (1 A);
 - 5.17.7. Temperatura de Carregamento: 35 °C (95 °F);
 - 5.17.8. Tempo de Carregamento: 2 horas;
 - 5.17.9. Tempo Operacional da Bateria: 4 horas;
 - 5.17.10. Tensão da bateria: 3,7 V;
 - 5.17.11. Tipo de bateria: Bateria recarregável de íons de lítio integrada.

5.18. Recursos físicos:

5.18.1. Tamanho da tela: 3.5 in.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

6.1. Fornecer o equipamento em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Edital, acompanhado de todos os acessórios, manuais técnicos (em língua portuguesa ou acompanhados de tradução) e demais itens necessários ao pleno funcionamento.

6.2. Assumir integral responsabilidade pelas despesas diretas e indiretas decorrentes da execução da contratação, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes sobre o fornecimento.

6.3. Responsabilizar-se pela qualidade do produto fornecido, assegurando que esteja livre de vícios, defeitos ou incorreções, observadas as normas técnicas aplicáveis.

6.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado da notificação formal do TJDFR, os itens que apresentarem vícios, defeitos ou não conformidades com as especificações estabelecidas.

6.5. Responder pelos danos causados diretamente ao TJDFR ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento do material, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento por parte da Administração.

6.6. Garantir que o equipamento fornecido seja novo, sem uso anterior, e entregue em embalagem original do fabricante, quando aplicável.

6.7. Disponibilizar suporte técnico durante o período de garantia, bem como garantir assistência técnica em território nacional, de modo a mitigar riscos de indisponibilidade do equipamento.

6.8. Respeitar as normas internas do TJDFR, especialmente quanto ao controle de acesso, segurança institucional e fluxo de pessoas e bens nas dependências do Tribunal.

6.9. Prestar apoio técnico durante o período de garantia, conforme condições do fabricante, incluindo orientações para uso adequado do equipamento, quando necessário.

6.10. Providenciar para que o objeto adjudicado à vencedora seja entregue em perfeito estado, no local indicado pelo TJDFR, sem quaisquer danos, avarias, ou ônus adicionais para o TJDFR.

6.11. Arcar integralmente com os custos de transporte, frete, seguro, carga e

descarga, bem como com todos os deslocamentos necessários à entrega do equipamento até o local designado pelo **TJDFT**.

6.12. Não transferir a outrem, por qualquer forma, os deveres decorrentes desta dispensa de licitação.

6.13. Manter atualizados e-mail e telefones constantes da proposta, a fim de viabilizar as comunicações/notificações realizadas durante a execução do contrato.

6.14. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de exigidas nesta dispensa de licitação.

6.15. Respeitar o Código de Ética e Integridade do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios em observância à [Portaria GPR 243 de 11 de fevereiro de 2021](#).

7. OBRIGAÇÕES DO TJDFT

7.1. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à execução da contratação, quando solicitados pela contratada, de forma tempestiva e suficiente para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

7.2. Disponibilizar local adequado para a entrega do objeto, garantindo condições mínimas para o recebimento do equipamento, observadas as normas internas de segurança institucional e controle de acesso.

7.3. Receber o objeto no local, prazo e condições estabelecidos neste Edital, em dias úteis e horário previamente definido, por servidor ou comissão responsável.

7.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando o cumprimento das especificações técnicas, condições de entrega e demais requisitos previstos neste instrumento.

7.5. Solicitar formalmente a correção, substituição ou reparo do objeto, sempre que verificados vícios, defeitos ou desconformidade com as especificações estabelecidas neste Edital.

7.6. Comunicar à contratada quaisquer irregularidades identificadas na execução, estabelecendo prazo para saneamento, quando aplicável.

7.7. Atestar o recebimento definitivo do objeto, após verificação da conformidade com as exigências técnicas e contratuais, para fins de liquidação da despesa.

7.8. Efetuar o pagamento à contratada em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto e verificação do cumprimento integral das obrigações, conforme condições estabelecidas no Aviso de Contratação Direta.

7.9. Providenciar a prévia oitiva do Fornecedor, quanto ao interesse no reajustamento, no prazo de até 1 (um) ano, contado do orçamento estimado, nos termos do item 13 do Aviso de Contratação Direta – Do reajuste.

8. DA GARANTIA

8.1. A garantia será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento definitivo do objeto por parte do **TJDFT**.

9. DA SUSTENTABILIDADE

9.1. A contratação observa o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, considerando que a sustentabilidade deve ser analisada de forma integrada, abrangendo as dimensões ambiental, econômica e sociocultural. Nesse contexto, a contratação pública sustentável constitui instrumento voltado à incorporação de critérios ambientais, sociais e econômicos em todas as etapas do processo de contratação — desde o planejamento até a execução —, com o objetivo de reduzir impactos à saúde humana, ao meio ambiente e à sociedade.

9.2. A definição dos critérios de sustentabilidade adotados neste Edital baseou-se nas diretrizes constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como na análise do ciclo de vida do objeto, de modo a assegurar que a solução escolhida atenda simultaneamente aos requisitos de eficiência, economicidade e responsabilidade socioambiental.

9.3. Sob a perspectiva econômica, a contratação privilegia a adequada utilização dos recursos públicos, mediante a aquisição de equipamento com vida útil prolongada, reduzindo a necessidade de reposições frequentes. Além disso, a solução não demanda custos operacionais recorrentes, como licenças ou insumos, o que contribui para a redução de despesas ao longo do tempo. Soma-se a isso a realização de pesquisa de preços estruturada, baseada em fontes oficiais e contratações públicas similares, garantindo aderência aos valores praticados no mercado e promovendo a sustentabilidade financeira da contratação.

9.4. No tocante à dimensão ambiental, foram considerados os impactos associados ao ciclo de vida do equipamento, destacando-se a priorização de bem durável, que contribui para a redução da geração de resíduos eletroeletrônicos. A utilização de bateria recarregável também reduz o descarte de materiais de consumo, como pilhas, e minimiza impactos ambientais. Ademais, deverão ser observadas as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), especialmente quanto à destinação ambientalmente adequada do equipamento ao final de sua vida útil, bem como a eventual adoção de

mecanismos de logística reversa, quando existentes e aplicáveis.

9.5. Sob o aspecto social, a contratação contribui diretamente para o fortalecimento da segurança institucional do TJDFT, promovendo a proteção das atividades de Magistrados, servidores e jurisdicionados. A ampliação da capacidade técnica do NUIINT possibilita maior efetividade na identificação de riscos, refletindo em melhoria da qualidade do serviço público prestado. Destaca-se, ainda, a observância do tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, quando compatível com a proposta mais vantajosa para a Administração.

9.6. Dessa forma, a contratação proposta apresenta aderência às diretrizes do Plano de Logística Sustentável do TJDFT e às boas práticas estabelecidas para contratações públicas sustentáveis, ao promover a racionalização do consumo de recursos, a redução de impactos ambientais e o fortalecimento institucional, garantindo equilíbrio entre desempenho técnico, economicidade e responsabilidade socioambiental.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será permitida a subcontratação.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDFT

Processo: 0010316/2026

Dispensa Eletrônica nº 12/2026

Objeto: Aquisição de 01 (uma) câmera termográfica portátil, nova, destinada à realização de Contramedidas de Varredura Técnica (CMVT) em ambientes institucionais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

Dados da Empresa:

Razão Social:

Nome Fantasia:

CNPJ:

Endereço:

Bairro:

Cidade/UF:

CEP:

Telefone:

E-mail:

Apresentamos nossa proposta comercial relativa à dispensa de licitação, na forma eletrônica em epígrafe, conforme as normas contidas no Aviso de Contratação Direta, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da sua preparação.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	MARCA	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Câmera termográfica portátil compacta, adequada para uso em ambientes internos, voltada à detecção de radiação infravermelha térmica, apta à identificação de variações de temperatura associadas ao funcionamento de dispositivos eletrônicos ocultos, conforme especificações técnicas constantes no Item 5 do Anexo I do Edital.		1	unidade	R\$	R\$

O valor total da proposta é de R\$ _____ (_____).

O prazo para entrega do produto será de até 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação formal do **TJDFT**.

O prazo de garantia será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento definitivo do objeto por parte do **TJDFT**.

Declaro inexistir fato que impeça o usufruto do tratamento jurídico diferenciado, conforme artigo 3º da [Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006](#).

Declaro ter total conhecimento dos termos de conduta ética, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para magistrados, servidores e

gestores de contrato no relacionamento com colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores, nos termos da [Portaria GPR 243 de 11 de fevereiro de 2021](#).

O prazo de validade dessa proposta é de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da sua apresentação.

Declaro conhecer e aceitar as condições constantes do Aviso de Contratação direta da dispensa de licitação, na forma eletrônica em tela e seus anexos e que, nos valores propostos estão incluídas as despesas relativas a impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos e deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

Caso esta proposta não venha a ser aceita, o **TJDFT** fica desobrigado de qualquer responsabilidade para com a nossa Empresa, não nos cabendo direito a qualquer indenização ou reembolso.

Local, ____ de ____ de 202__.

ASSINATURA(S) DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS) DA EMPRESA

NOME(S): _____

RG: _____

CPF: _____

CARGO(S): _____

OBS: Os participantes deverão se atentar aos poderes conferidos aos Representantes Legais no estatuto ou contrato social.

ANEXO III

MINUTA DO ANEXO À NOTA DE EMPENHO

1. **Favorecido:**

2. **CNPJ/CPF:**

3. PA de origem: 0010316/2026

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	MARCA	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Câmera termográfica portátil compacta, adequada para uso em ambientes internos, voltada à detecção de radiação infravermelha térmica, apta à identificação de variações de temperatura associadas ao funcionamento de dispositivos eletrônicos ocultos, conforme especificações técnicas constantes no Item 5 do Anexo I do Edital.		1	unidade	R\$	R\$

4. Da entrega e critérios de aceitação do objeto : O material deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias corridos, após a solicitação formal do **CONTRATANTE**, no Fórum Desembargador Milton Sebastião Barbosa - Praça Municipal - Lote 1, Bloco A, 7º Andar, Ala C, Sala 7.133-1, Brasília - DF - CEP:70094-900 - **NUINT** (Núcleo de Inteligência), de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no horário das 12 horas às 19 horas. O recebimento dos materiais será acompanhado e fiscalizado pelo Núcleo de Inteligência - **NUINT**, na condição de representante do **TJDFT**, e será executado em 02 (duas) etapas: O recebimento provisório, a cargo do fiscal que acompanha a execução do contrato, dar-se-á quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da entrega do objeto. O recebimento definitivo, a cargo de outro servidor ou comissão designada pela autoridade competente, dar-se-á mediante relatório de atestação de despesa com o detalhamento do atendimento da exigências contratuais, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento provisório.

5. Do reajuste: O reajuste de preços obedecerá ao disposto nas Leis nº 8.383/91, 9.069/95 e 10.192/01, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - **IPCA** divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **IBGE**. A periodicidade para o cálculo do reajuste é anual e terá como data-base o orçamento estimado, cuja data é 19/06/2026 (conforme mapa condensado doc. 5235444). O reajuste será concedido de ofício pelo **CONTRATANTE**, admitindo-se renúncia expressa por parte da **CONTRATADA**. O **CONTRATANTE** providenciará a prévia oitiva da **CONTRATADA** quanto ao interesse, ou não, no reajustamento. Poderão ser aplicados índices negativos no período em que houver deflação.

6. Das infrações e sanções administrativas: Os fornecedores e as contratadas que

incidirem nas condutas definidas no [art. 155 da Lei nº 14.133/2021](#), no Aviso de Contratação Direta ou no contrato, descumprindo, total ou parcialmente, obrigações previamente estabelecidas, ficarão sujeitos às seguintes penalidades: Advertência; Multa; Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos; e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. Na aplicação das sanções serão considerados: A natureza e a gravidade da infração cometida; As peculiaridades do caso concreto; As circunstâncias agravantes ou atenuantes; Os danos que dela provierem para a Administração Pública; A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Ficará impedida de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, o fornecedor ou a contratada que enquadrar-se nas condutas a seguir enumeradas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade e os parâmetros estabelecidos no subitem 14.1.1 do Aviso de Contratação Direta: Dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; Dar causa à inexecução total do contrato; Deixar de entregar a documentação exigida para o certame; Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas a seguir descritas, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 14.4.1 a 14.4.6 do Aviso de Contratação Direta que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção nela referida, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, considerando-se, na dosimetria da pena, os princípios da legalidade, da proporcionalidade e da razoabilidade e os parâmetros estabelecidos no subitem 14.1.1: Apresentar declaração ou documentação falsa para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#). O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 0,5 % (cinco décimos percentuais) por dia de

atraso injustificado sobre o valor da parcela em atraso, até o limite de 60 (sessenta) dias corridos. Após 45 (quarenta e cinco) dias corridos de atraso, a unidade gestora do contrato deverá notificar a CONTRATADA e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse da Administração em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 20 da [Portaria GPR 75/2022](#). A aplicação de multa moratória será precedida do devido processo legal, observados os princípios do contraditório da ampla defesa, da razoabilidade e da proporcionalidade. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em multa compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Portaria GPR 75/2022](#) e na Lei nº 14.133, de 2021. O valor final apurado para a sanção de multa moratória, calculado na forma do contrato, observará o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor da parcela em atraso. Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega ou a prestação do serviço. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros: I - 1% (um por cento) do valor contratado ou estimado da contratação, para aquele que: a)deixar de entregar a documentação exigida para o certame; b)não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; II - de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato; III - de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado ou contratado, em caso de: a)apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; b)fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato; c)comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza; d)prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e)prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; f)não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; g)ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; h)entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas; i) dar causa à inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; j) dar causa à inexecução total do objeto do contrato. Nos contratos ainda não celebrados, o percentual de que trata o subitem 14.8 do Aviso de Contratação Direta e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor

estimado da contratação. O TJDFT exigirá o pagamento do valor fixado a título de multa compensatória independentemente da demonstração de prejuízos, nos termos do art. 416 do Código Civil. A aplicação da multa compensatória não obsta a apuração e cobrança de eventuais perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato. Fica dispensada a formalização em processo, registro contábil e cobrança administrativa dos débitos, quando a soma dos valores atribuídos à contratada, sem juros ou atualizações, for considerada irrisória, o que será verificado após a realização dos cálculos pertinentes pela **COAGEC**. Será considerado irrisório valor igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais). Na aplicação da sanção de multa e em caso de rescisão contratual unilateral, será facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta ou no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública. Os prazos referentes às penalidades aplicadas às contratadas, para todos os efeitos, são contados a partir da data do registro realizado pela **COAGEC** no Portal Nacional de Contratações Públicas — **PNCP** ou sistema equivalente. O **TJDFT** deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS** e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - **CNEP**, instituídos no âmbito do Poder Executivo federal. Os casos excepcionais serão decididos pela Presidência do TJDFT. A aplicação das sanções previstas neste instrumento convocatório e no contrato rege-se pelas disposições da [Portaria GPR 75/2022](#).

7. Da documentação: Juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, o contratado deverá apresentar prova de regularidade fiscal por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais à Dívida Ativa da União – Receita Federal, Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, Certidão de Regularidade do **FGTS – CRF/CEF** e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**. A referida comprovação poderá ser mediante consulta ao **SICAF**, cujo cadastro deverá ser feito pelo fornecedor interessado, ou quem o represente, acessando o SICAF no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, conforme determina o Parágrafo Único, do Art. 30, da IN 03/2018 do **MPOG**, c/c Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021.

8. Da Aceitação e do Pagamento: Ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da entrega do material, este não estiver em perfeitas condições e de acordo com as

especificações estipuladas. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento definitivo a que se refere o Subitem 4.2.2 do Anexo I do Edital. O **TJDFT** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos do Aviso de Contratação Direta. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do fornecimento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Em que:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = Percentual da taxa anual = 6%

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

9. Das Obrigações da Vencedora: Fornecer o equipamento em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Edital, acompanhado de todos os acessórios, manuais técnicos (em língua portuguesa ou acompanhados de tradução) e demais itens necessários ao pleno funcionamento. Assumir integral responsabilidade pelas despesas diretas e indiretas decorrentes da execução da contratação, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes sobre o fornecimento. Responsabilizar-se pela qualidade do produto fornecido, assegurando que esteja livre de vícios, defeitos ou incorreções, observadas as normas técnicas aplicáveis. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado da notificação formal do TJDFT, os itens que apresentarem vícios, defeitos ou não conformidades com as especificações estabelecidas. Responder pelos danos causados diretamente ao TJDFT ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento do material, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento

por parte da Administração. Garantir que o equipamento fornecido seja novo, sem uso anterior, e entregue em embalagem original do fabricante, quando aplicável. Disponibilizar suporte técnico durante o período de garantia, bem como garantir assistência técnica em território nacional, de modo a mitigar riscos de indisponibilidade do equipamento. Respeitar as normas internas do TJDFT, especialmente quanto ao controle de acesso, segurança institucional e fluxo de pessoas e bens nas dependências do Tribunal. Prestar apoio técnico durante o período de garantia, conforme condições do fabricante, incluindo orientações para uso adequado do equipamento, quando necessário. Providenciar para que o objeto adjudicado à vencedora seja entregue em perfeito estado, no local indicado pelo TJDFT, sem quaisquer danos, avarias, ou ônus adicionais para o TJDFT. Arcar integralmente com os custos de transporte, frete, seguro, carga e descarga, bem como com todos os deslocamentos necessários à entrega do equipamento até o local designado pelo TJDFT. Não transferir a outrem, por qualquer forma, os deveres decorrentes desta dispensa de licitação. Manter atualizados e-mail e telefones constantes da proposta, a fim de viabilizar as comunicações/notificações realizadas durante a execução do contrato. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de exigidas nesta dispensa de licitação. Respeitar o Código de Ética e Integridade do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios em observância à [Portaria GPR 243 de 11 de fevereiro de 2021](#).

10. Das Obrigações do TJDFT: Prestar as informações e os esclarecimentos necessários à execução da contratação, quando solicitados pela contratada, de forma tempestiva e suficiente para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas. Disponibilizar local adequado para a entrega do objeto, garantindo condições mínimas para o recebimento do equipamento, observadas as normas internas de segurança institucional e controle de acesso. Receber o objeto no local, prazo e condições estabelecidos neste Edital, em dias úteis e horário previamente definido, por servidor ou comissão responsável. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando o cumprimento das especificações técnicas, condições de entrega e demais requisitos previstos neste instrumento. Solicitar formalmente a correção, substituição ou reparo do objeto, sempre que verificados vícios, defeitos ou desconformidade com as especificações estabelecidas neste Edital. Comunicar à contratada quaisquer irregularidades identificadas na execução, estabelecendo prazo para saneamento, quando aplicável. Atestar o recebimento definitivo do objeto, após verificação da conformidade com as exigências técnicas e contratuais, para fins de liquidação da despesa. Efetuar o pagamento à contratada em até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto e verificação do cumprimento integral das obrigações, conforme condições estabelecidas no Aviso de Contratação Direta. Providenciar a prévia oitiva do Fornecedor, quanto ao interesse no reajustamento, no prazo de até 1 (um)

ano, contado do orçamento estimado, nos termos do item 13 do Aviso de Contratação Direta – Do reajuste.

11. Do tratamento e da proteção de dados pessoais: As partes comprometem-se a tratar os dados pessoais decorrentes deste instrumento de acordo com o estabelecido na Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

12. Da ética: As partes comprometem-se a observar os termos da [Resolução 6 de 19 de abril de 2022](#) que institui o Código de Ética e Conduta do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, e da [Portaria GPR 243 de 11 de fevereiro de 2021](#) que estabelece a conduta ética, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para magistrados, servidores e gestores de contrato no relacionamento com colaboradores, prestadores de serviços e fornecedores.

13. Legislação aplicável: A presente contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021, pelas suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público.

14. Do foro: Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do presente ajuste fica fixada a Seção Judiciária do Distrito Federal.

acc/alt/ofs



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Ferreira da Silva Junior**, Coordenador(a), em 02/07/2026, às 17:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5261927** e o código CRC **35B7F02B**.

